

Quércia leva a melhor com rolagem da dívida

Andrei Meireles

Na queda de braço travada entre os presidenciáveis nos bastidores das negociações e da votação da rolagem das dívidas dos estados e dos municípios levou a melhor o ex-governador Orestes Quércia, que teve todas as suas pretensões atendidas. O governador Leonel Brizola partilhava até ontem da vitória de Quércia, mas a sua principal reivindicação — a solução da dívida do metrô do Rio de Janeiro — foi torpedeada pelo esquema político do governador Antônio Carlos com a discreta, mas efetiva, ajuda do PMDB. Irritado, o líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa, acusou o PMDB de não respeitar o acordo. O líder do PMDB, deputado Genivaldo Correia, eximiu seu partido de qualquer responsabilidade: "Essa briga foi entre o pessoal do ACM e o PDT".

O metrô do Rio de Janeiro, que tem uma dívida de cerca de US\$ 4 bilhões, foi alvo de uma batalha particular no Congresso Nacional. O PL condicionou sua adesão ao acordo da rolagem dos débitos estaduais à aprovação de uma emenda do deputado Alvaro Valle, que, em nota, cobrou do governador Leonel Brizola como compensação a extensão do metrô até o bairro da Tijuca. O PDT, então, constatou que a emenda de Valle, ao contrário do que seu autor proclamava, não resolvia o problema da dívida do metrô para exigir valores de mercado para a venda de suas ações. O valor é negativo.

O PDT tentou mudar o Artigo 14 do projeto de rolagem para suprimir a expressão "valores de mercado". Uma articulação comandada pelo deputado Luiz Eduardo Magalhães, filho do governador da Bahia, impediu a mudança reivindicada pelo PDT, que, em represália, rompeu com o acordo firmado com o Governo e o

PMDB. "Tiraram nosso tapete", reclamou Vivaldo Barbosa.

Luiz Eduardo, quando entrou no plenário, no início da tarde, cruzou com o líder do PT, deputado José Genoíno, que, rindo, provocou: "Como é, vai nos apoiar na questão do FGTS"? No mesmo tom, Luiz Eduardo respondeu: "Depende. Se você nos ajudar a derrubar o metrô do Rio, tudo bem".

A barganha, por sinal, foi a principal arma utilizada por políticos, Governo e partidos no Congresso nas últimas semanas. Sábado passado, por exemplo, diante da firme exigência do PMDB de só votar o ajuste fiscal se antes fosse aprovada a rolagem das dívidas estaduais, o secretário da Fazenda Nacional, Luiz Fernando Wellisch, telefonou para o ministro Marcílio Marques Moreira, e desabafou: "É chantagem mesmo, ministro". Ao tomar conhecimento do comentário de Wellisch, o deputado Israel Pinheiro Filho, do PRS de Minas, ironizou: "Ele é tecnocrata. Não sabe o que é negociação política".

As negociações políticas produziam acordos para uma sessão da Câmara que não sobreviviam à seguinte. Os ruralistas, que formam uma forte bancada parlamentar, teriam acertado com o PMDB (o partido nega, mas deputados de outros partidos confirmam o acordo) para que a proposta de tornar progressivo o Imposto Territorial Rural não fosse apreciada em regime de urgência urgentíssima. Em troca, os ruralistas votariam a favor da rolagem das dívidas. O pedido de urgência foi rejeitado na terça-feira. Na quarta-feira, pela manhã, o PT e o PSDB exigiram a votação sobre o ITR para não obstruir a deliberação sobre a rolagem da dívida e o ajuste fiscal. Foram atendidos.

O PT tentou anular a transferência dos débitos dos estados e municípios com o FGTS para a União.